

(In)Coerências da Acção Externa

João Mosca

Instituto Piaget

A presente tese tem por objectivo apresentar as (in)coerências da Acção Externa da União Europeia relacionada com os países africanos, sobretudo depois do período dos pós-guerras, com particular enfoque nas relações com os países africanos de língua oficial portuguesa e no papel de Portugal.

Após os conflitos armados de Angola e Moçambique surge o período de paz (ou de não-conflito) com expectativas de estabilidade, democracia e crescimento económico. Defende-se a tese de que a União Europeia e particularmente Portugal, não desenvolveram e não possuem vantagens nem competitividade para, na maioria dos sectores, desempenharem um papel relevante no desenvolvimento desses países. Antes dos aspectos económicos que centralizam os discursos, as intenções-acções de cooperação e o investimento directo estrangeiro, faz-se referência a questões de relevância estratégica tomado o caso da língua portuguesa como exemplo.

Portugal directamente ou através da União Europeia, tem tido uma presença modesta na promoção e ensino da língua portuguesa, talvez o único elemento diferenciador das relações com África. Se tudo indica que em Angola o português é um valor irreversivelmente adquirido, a mesma afirmação pode não ser evidente para outros países. Por outro lado, não são claras as estratégias para fazer do português o legado cultural que perdure historicamente acima das conjunturas políticas e económicas e das oportunidades de negócio. Onde estão os investimentos na formação de professores de português, em bolsas de estudo, em editoras para publicação de manuais de ensino, de trabalhos de autores africanos? Qual a prioridade da cooperação para realizações que aceitem a diferenciação dos processos de desenvolvimento linguístico no lugar de se pretender ser dono de um património que não tem pátria nem nação?

O passado histórico de mais sombras que luzes, deve ser descomplexadamente assumido pelos povos, suas elites e governos, de forma a evitarem-se comportamentos pessoais e de negócio na expectativa de benefícios resultantes das benesses da “economia dos afectos”. A língua ou outros elementos de natureza cultural e de relacionamento historicamente facilitados, não podem ser considerados de per si, como uma vantagem nas relações económicas e diplomáticas. Existem múltiplos factores de interesses e de competitividade que desempenham importâncias diferenciadas em situações diversas. Ou os agentes económicos europeus são capazes de oferecer condições vantajosas ou o passado, a língua e outros factores históricos, podem deixar de ser um elemento diferenciador positivo.

Tudo indica que a UE e Portugal nem sempre encontraram os espaços onde oferecer condições que gozem das preferências das contrapartes africanas. No caso de Angola e Moçambique e as suas elites, existem evidências de como sabem diferenciar os afectos de outros interesses, tanto ao nível dos Estados como os de natureza particular. Os grandes investimentos e sobretudo aqueles relacionados com sectores estratégicos e de criação de infra-estruturas básicas para o desenvolvimento, são realizados por organizações internacionais, países e agentes económicos com vantagens não comparáveis com os recursos que a UE e Portugal dedicam à cooperação ou com a capacidade de investimentos do sector privado português. Factores como a escala e a natureza da cooperação (caso da China), ou de proximidade (África do Sul), ou de natureza estratégica e de segurança (como por exemplo os EUA), retiram, salvo em casos específicos, capacidade concorrencial à UE e a Portugal.

Se estas razões não são compreendidas e assumidas pelos governantes e pelos agentes económicos, torna-se difícil aceitar que a Europa e Portugal desempenhem papéis

específicos mas porventura menos relevantes na cooperação e no desenvolvimento desses países. A dificuldade em aceitar novas funções no relacionamento com África, é um dos factores que impede o estabelecimento de políticas de relações externas estáveis a longo prazo, para além da tradicional inaptidão (ou interesse) na definição de estratégias.

A ausência de estratégia pulveriza os escassos recursos destinados à cooperação em pequenos projectos dispersos com pouco impacto e termina por enfraquecer a diplomacia. Estes aspectos aliados a eficiências duvidosas na execução dos projectos, reduzem os efeitos sobre o desenvolvimento e a vida das populações directamente beneficiárias. Do lado africano, existem países com diplomacias e relações económicas cada vez mais abertas e diversificadas e as elites conhecem perfeitamente as capacidades dos seus parceiros. É aceite que, por razões históricas, a Europa e Portugal desempenhem certos papéis mas também são reconhecidas as limitadas capacidade e a ausência de estratégia.

As incoerências das relações externas portuguesas relativamente a África têm raízes nas dificuldades em assumir, com tranquilidade, as mudanças históricas, em aceitar novas funções no quadro das vantagens e competitividades oferecidas em concorrência, e em estabelecer estratégias coadunadas com a história, com as capacidades e com as oportunidades diplomáticas e de negócios. Estes aspectos resultam na dificuldade de se gerarem sinergias e reforços mútuos entre os objectivos, as acções e a eficiência das diversas componentes das relações externas, designadamente as políticas, diplomáticas e económicas, tanto entre os Estados como entre agentes económicos e da sociedade civil. Este raciocínio é, com matizes, válido para grande parte da União Europeia.

A incoerência e irrelevância traduz-se no seguinte ciclo de “debilitamento” da acção externa de Portugal e da União Europeia: ausência de estratégia – poucos recursos de cooperação e de investimento privado – baixa competitividade – pouca relevância – enfraquecimento da capacidade política e diplomática – ausência de estratégia.